


O BARÃO DO RIO BRANCO



e a Alma Carioca





José Maria da Silva Paranhos - o grande Ministro das Relações Exteriores de quatro Presidentes da República, que traçou o desenho definitivo de nossas fronteiras e foi o verdadeiro fundador da tradição diplomática do Itamaraty, órgão que forjou como instrumento de execução de sua política exterior - era um carioca, nascido na então Travessa do Senado, que hoje leva por nome a data de seu nascimento, 20 de abril, e falecido, no outro lado da Praça da República, no Palácio Itamaraty.

Os que com ele privaram destacaram, a par das qualidades de caráter e inteligência, a afabilidade e a cordialidade do trato e um sentido de humor, que são as marcas do carioca. É portanto muito oportuna a exposição, que ora lhe dedicamos, para ressaltar os laços entre o grande estadista e a sua cidade, que o viu nascer e morrer, cidade que amou e que, sala de visitas do Brasil, lhe mereceu todas as atenções e todos os cuidados, para torná-la a capital digna do Brasil que se modernizava.

Fruto da colaboração entre o Centro de História e Documentação Diplomática, da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Museu Histórico Nacional, a mostra tem por objetivo comemorar o centenário da volta de Rio Branco ao Rio e sua posse no Ministério das Relações Exteriores, em dezembro de 1902.

A exposição não teria sido possível sem o apoio do Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, dr. César Maia, do dr. Ricardo Macieira, Secretário Municipal das Culturas e do dr. Antonio Olinto, Diretor do Departamento de Documentação da Secretaria das Culturas.

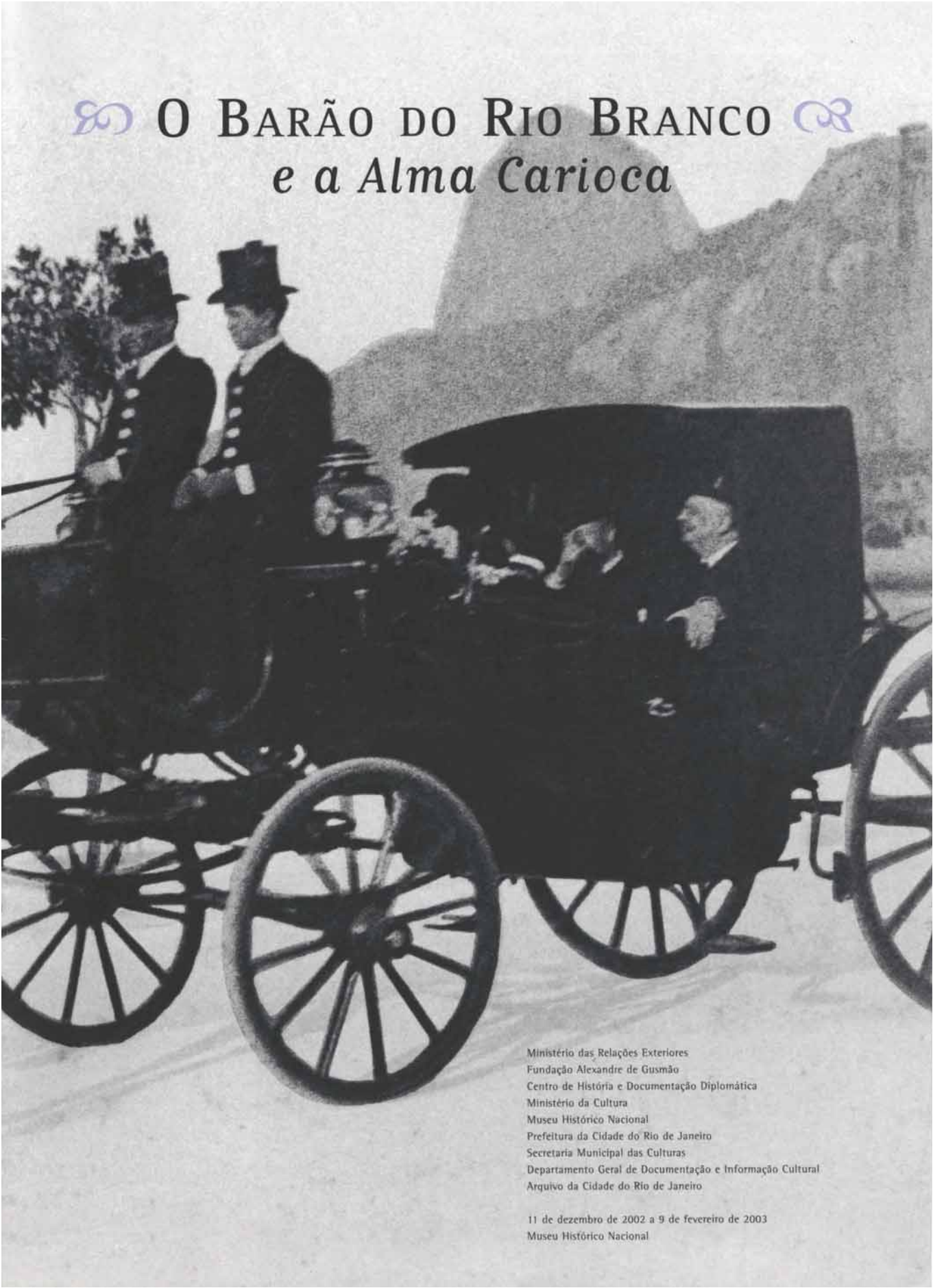
É de justiça registrar o espírito construtivo e a inestimável cooperação prestada ao projeto pelo Diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, dr. Antonio Carlos Austregésilo de Athayde, e pela dra. Vera Lúcia Bottrel Tostes, Diretora do Museu Histórico Nacional, bem como pela equipe integrada por funcionários das três instituições que deram o melhor de seus esforços para que a exposição pudesse, num tempo muito curto, materializar-se e ser aberta ao público carioca.

Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

Alvaro da Costa Franco

Diretor do CHDD

• Rio Branco e o deputado francês Paul Daumer numa vitória na avenida Beira-Mar. Foto: Malta, 1907, Mapoteca do Itamaraty.



∞ O BARÃO DO RIO BRANCO ∞
e a Alma Carioca

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão
Centro de História e Documentação Diplomática
Ministério da Cultura
Museu Histórico Nacional
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal das Culturas
Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural
Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

11 de dezembro de 2002 a 9 de fevereiro de 2003
Museu Histórico Nacional

A Prefeitura do Rio, a Secretaria das Culturas e o Arquivo da Cidade juntam-se ao Ministério das Relações Exteriores, à Fundação Alexandre de Gusmão e ao Museu Histórico Nacional para homenagear o Barão do Rio Branco, neste centenário de sua posse como titular do Ministério das Relações Exteriores, ocorrido em dezembro de 1902.

Inúmeras comemorações foram e estão sendo realizadas em várias cidades, por todo o país, para assinalar data tão auspiciosa aos brasileiros. Porém, a cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu Rio Branco, sente-se especialmente honrada pela oportunidade de celebrar um de seus filhos mais ilustres. Apesar de ter vivido vinte e tantos anos no exterior e tendo conquistado, por seus feitos diplomáticos, reconhecimento e estatura nacional, o Barão do Rio Branco foi uma personalidade plenamente identificada à sua cidade.

O amor pela análise do passado, a dedicação aos estudos dos assuntos militares, a notável e brilhante atuação na política externa desenvolvida então pelo Brasil, principalmente nos litígios decorrentes de questões referentes aos limites territoriais, não fizeram com que o homem público relegasse a um segundo plano sua vida pessoal e social. Recebendo estadistas estrangeiros, organizando recepções, congressos científicos e políticos, exposições internacionais, procurava contribuir para a difusão de uma imagem positiva do Rio de Janeiro, cidade que recentemente ingressara na modernidade e aspirava a um lugar de destaque no cenário internacional.

Como diz um biógrafo, "o gosto pela elegância, a polidez, as boas maneiras, o encanto da conversa, a graça diante das senhoras, toda uma formação mundana e social (...) mais tarde, no Itamaraty, faria dele como que uma figura ressurgida do Império, no meio dos costumes mais populares e democráticos da República". Sua fotografia, trajando terno e sapatos brancos, portando chapéu e bengala, constitui um dos testemunhos da adaptação aos modismos que vigiam na sociedade carioca da Belle Époque.

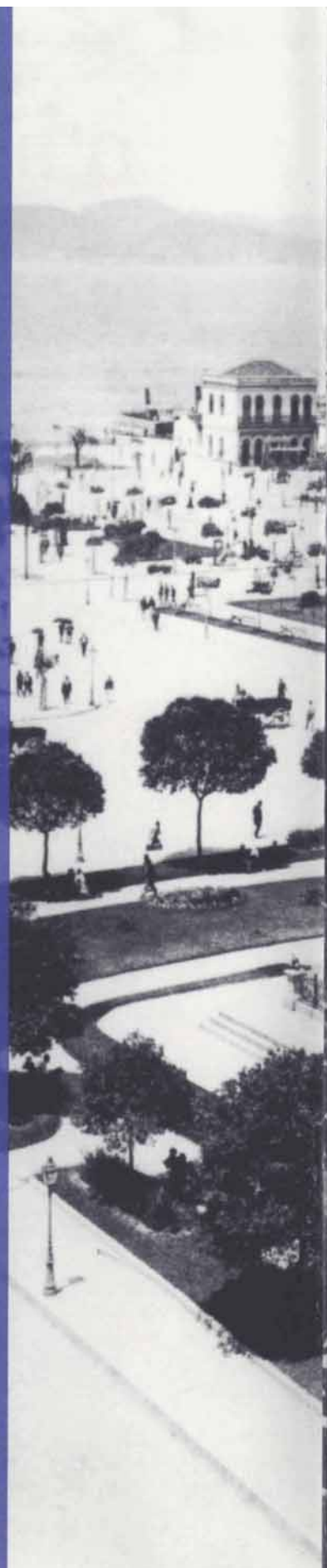
Esta exposição, que ora se inaugura, rende tributos ao mito, mas sem descurar a dimensão humana do Barão, talvez um dos aspectos menos conhecidos desse homem que, mais do que qualquer outro vulto da História do Brasil, desfrutou de imensa popularidade entre os seus conterrâneos.

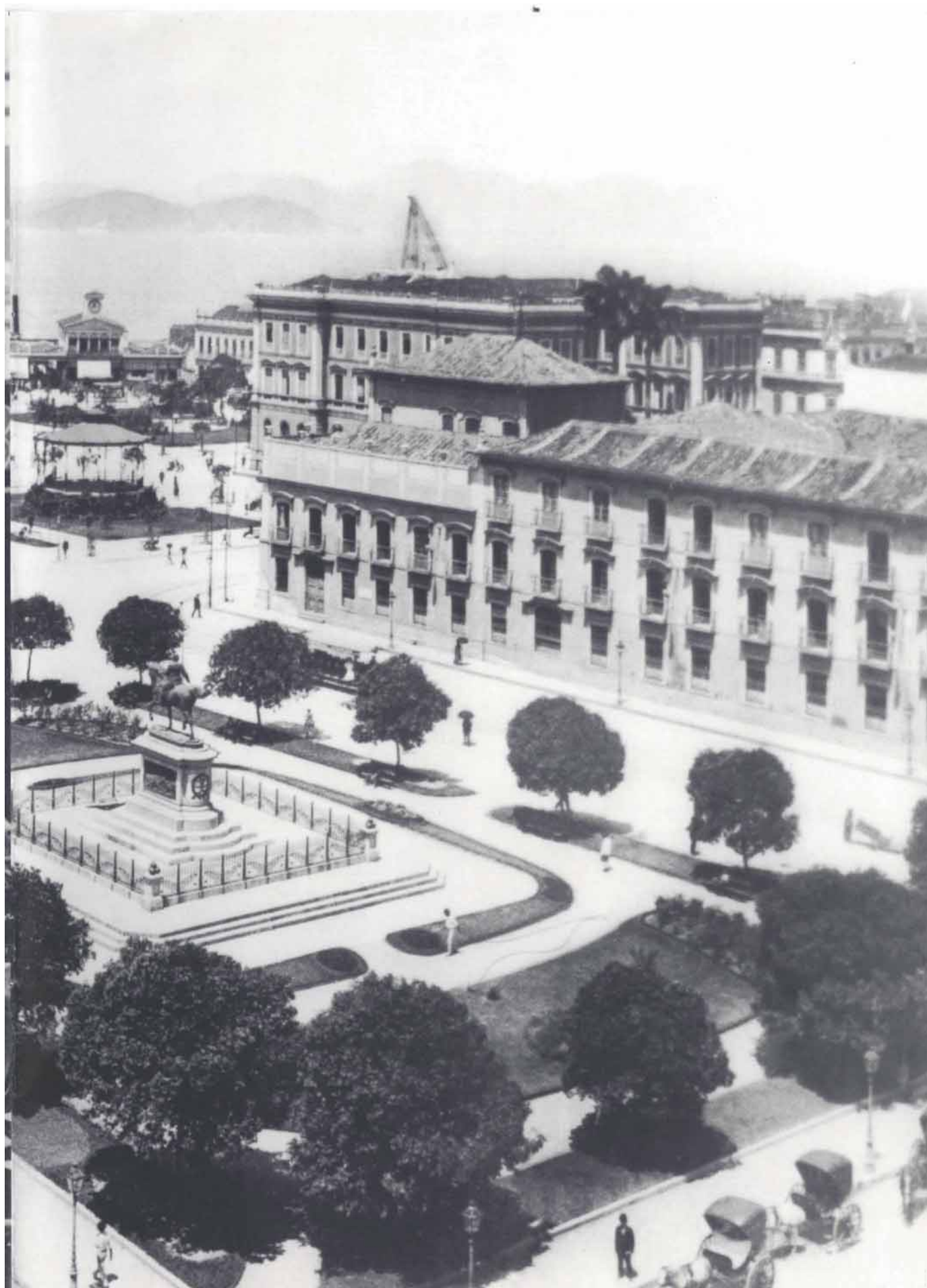
Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

Ricardo Macieira

Secretário Municipal das Culturas

• Praça Quinze de Novembro. Foto: Malta, s/d, AGCRJ. Ganhou esse nome com o advento da proclamação da República; antes era denominada de "Terreiro do Paço". Podem-se observar com destaque o Paço, o claafariz do Mestre Valentim e os meios de transporte empregados no início do século XX.









O BARÃO DO RIO BRANCO E A ALMA CARIOCA

Era 1º de dezembro, 1902. Uma multidão festiva reunia-se no Cais Pharoux, na Praça Quinze de Novembro, para dar as boas-vindas a José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco. A República, proclamada em 1889, estava ainda no seu alvorecer, porém a população recebia com manifestações de apreço - em que não faltavam bandas, hinos, discursos, foguetório e cortejo - o ilustre carioca, que jamais renegou sua fé monárquica.

A recepção estava à altura da personalidade. Célere por seus feitos diplomáticos, que haviam assegurado ao Brasil o direito aos territórios que formam hoje o oeste de Santa Catarina e Paraná e o atual estado do Amapá, era estimado e respeitado pela coerência de seus atos em sua vida particular ou na atividade política e social. O Barão era, então, quase unanimidade. Durante os dez anos seguintes, viveu no Rio de Janeiro, acumulando novas e decisivas vitórias.

Desde então, toda vez que há referências às dimensões continentais do nosso país, evoca-se Rio Branco, responsável que foi pela consolidação das fronteiras brasileiras. Hábil negociador, resolveu sempre de forma amigável os contenciosos, procurando superar as divergências e unir os países latino-americanos num clima de paz, em torno de objetivos comuns.

Em sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, por projetar o Rio de Janeiro e o país no exterior, seu nome ocupou um grande espaço na imprensa da época, tornando-se alvo favorito dos caricaturistas e chargistas. Amado ou questionado, o Barão era indissociável da cidade. Homem do mundo, sua alma era carioca: punha a experiência internacional e sua atilada visão a serviço do país e da sua cidade, que nele reconheceram um herói civil, símbolo das virtudes republicanas.

Historiador, pesquisador erudito, conferia grande importância aos documentos e à sua preservação. Foi colecionador de livros, mapas, relatos, moedas, medalhas, retratos. Colecionou igualmente pinturas e esculturas, ao gosto da época.

São, portanto, inúmeras as facetas de Rio Branco. Destaca esta exposição o homem Juca Paranhos, que amou o Rio e sonhava ver transformada a cidade de aspecto provinciano da sua mocidade na metrópole arejada e cortada de grandes avenidas, capital civilizada da nova República, progressivamente integrada ao universo das "nações cultas". Apesar das suas imensas responsabilidades como ministro, associou-se à obra de modernização encetada por Pereira Passos. O tempo escasso não lhe furtava o prazer das caminhadas pelo Centro do Rio, das lutas refeições nos restaurantes da moda e das conversas nas redações dos jornais e nas rodas de intelectuais.

Espectador e protagonista das novas "forças civilizadoras", qual um simples apreciador e amante da cidade que se colocara a seus pés, o Barão do Rio Branco seguia seu caminho pelas ruas cariocas, assegurando um lugar preeminente na História do Brasil.

• Chegada do Barão do Rio Branco ao Rio de Janeiro. Foto: Malta, 1902, AGCREJ. Registro da grande manifestação popular - somente comparável à chegada da Família Real em 1808. Cerca de dez mil pessoas ocupavam as ruas.



JUCA PARANHOS: INFÂNCIA E JUVENTUDE NA CORTE

Ao longo do reinado de d. Pedro II, a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, abrigava a Corte. A área urbana limitava-se ao Centro, demarcada pelo mar e pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição.

As ruas estreitas viviam congestionadas pelo movimento de homens livres e escravos, disputando espaço com carroças, carruagens e carregadores. Uma rua se destacava - rua do Ouvidor - com suas lojas, cafês e livrarias e atraía um público elegante; até as senhoras, tão recatadas naquela época, se animavam a sair de casa para passear e apreciar as vitrines e cafês.

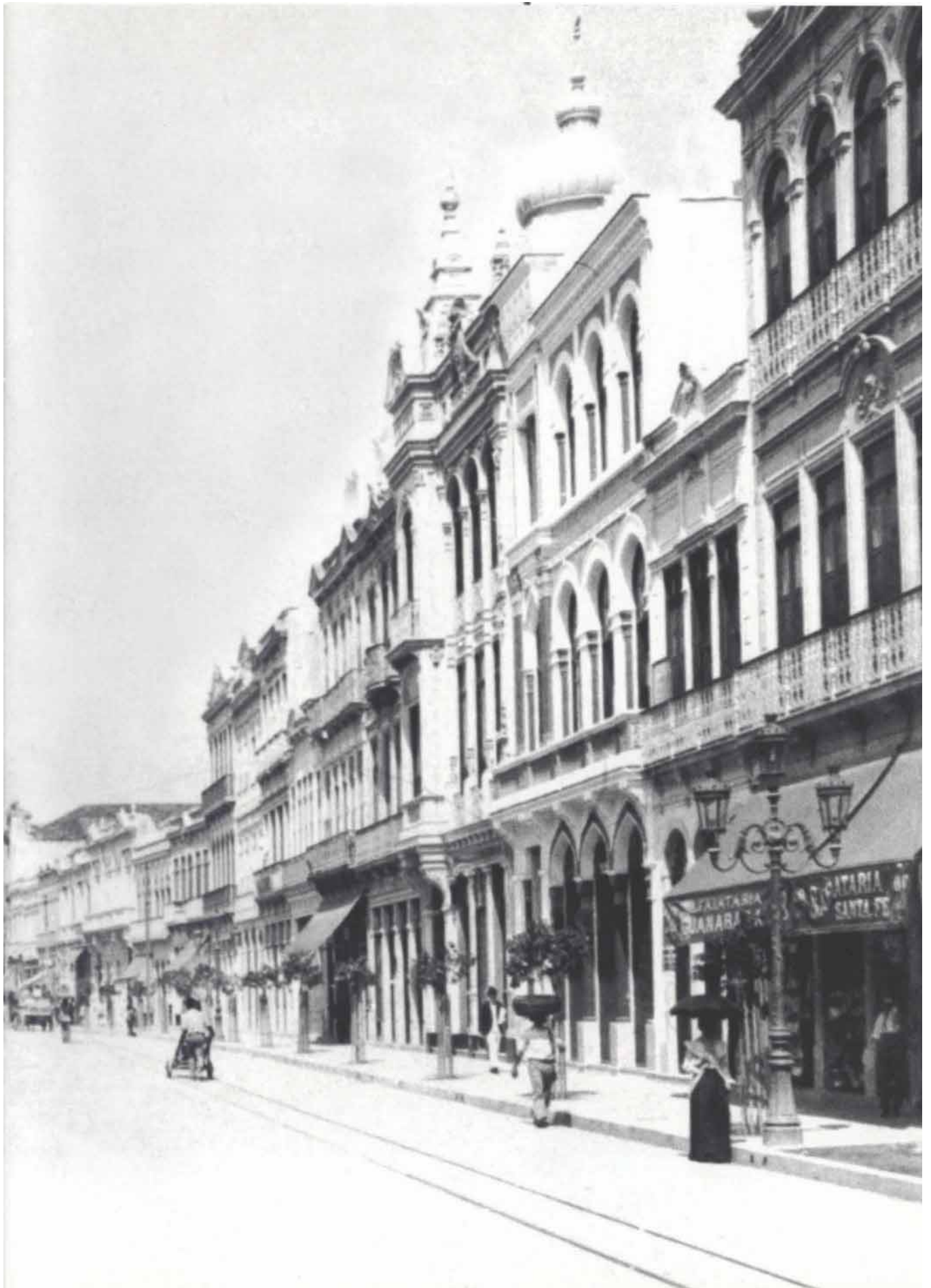
A Corte, como as pessoas se referiam à cidade, apresentava aspectos urbanos e rurais, sendo estes mais fortes nas freguesias fora do Centro, onde se instalavam as famílias da elite carioca em chácaras e palacetes. Foi na Corte que nasceu e viveu Juca Paranhos, filho do Visconde do Rio Branco, um dos grandes estadistas do Império.

Enquanto Juca Paranhos estudava no Colégio Pedro II e, depois, na faculdade em São Paulo ou no Recife, a cidade se desenvolvia e vários melhoramentos eram implantados. A área de manguezais do Saco de São Diogo foi aterrada, surgindo o Canal do Mangue para escoar as águas ali retidas, possibilitando a abertura de um caminho - denominado das Lanternas ou do Aterrado -, para facilitar a comunicação com o Palácio de São Cristóvão, onde vivia a família imperial.

Transportes modernos foram introduzidos: em 1858, inaugurou-se o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II; dez anos depois começou a circular o bonde puxado a burro. Por iniciativa do Visconde de Mauá, a cidade ganha iluminação a gás, dando mais conforto e segurança à população para transitar à noite, pelas ruas, facilitando aos boêmios a ida aos cafês e teatros, dentre os quais, o Alcazar, situado na rua da Vala, atual Uruguaiana, freqüentado por Juca Paranhos.

Seu crescimento intelectual fez-se à sombra da grande figura paterna, homem de visão, político hábil, no plano interno e externo.

- Tereza da Silva Paranhos, Viscondessa do Rio Branco. Foto: s/a, s/d, Mapoteca do Itamaraty. Nascida Tereza de Figueiredo Rodrigues de Faria. Teve nove filhos, sendo o mais velho José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Viúva, em 1887 foi morar em Paris, no Boulevard Saint-Michel n°56, para ficar perto do filho, que servia no consulado de Liverpool.
- Visconde do Rio Branco. Óleo de Louis Guedy, Museu Histórico e Diplomático. José Maria da Silva Paranhos, grande estadista do Império do Brasil e pai do Barão do Rio Branco, recebeu o título de Visconde em 20 de junho de 1870.
- Marie Philomène Stevens. Foto: s/a, 1871, Mapoteca do Itamaraty. A bela atriz belga do Alcazar despertou uma paixão arrebatadora no jovem Paranhos e lhe deu cinco filhos. A união, difícil, malvista aos olhos da época, seria regularizada em 1889 em Londres, nove anos antes da morte da baronesa.
- Rua da Carioca. Foto: Malta, s.d., AGCRJ. Uma das mais tradicionais da cidade, onde funcionam até hoje as conhecidas lojas Guitarra de Prata, Mala Carioca e o famoso restaurante Bar Luís. Na época do Barão nela se instalaram os cinemas Íris e Ideal, este último freqüentado por Rui Barbosa, que tinha cadeira cativa.







O VISCONDE DO RIO BRANCO

José Maria da Silva Paranhos nasce na Bahia, em 1819 e morre no Rio de Janeiro, em 1880.

O jovem baiano chegou ao Rio de Janeiro em 1835, para cursar a Academia de Marinha. Completou seus estudos na Escola Militar, onde se tornou professor. Exerceu o magistério ao mesmo tempo que labutou como jornalista no *Nosso Tempo*; depois, passou a combinar o jornalismo com a vida política.

Casou-se com Tereza de Figueiredo Rodrigues de Faria, com quem teve nove filhos. O mais velho, José Maria da Silva Paranhos Junior, tornou-se, mais tarde, Barão do Rio Branco.

O militar, professor e jornalista foi um dos grandes políticos do Império brasileiro. Presidiu a província do Rio de Janeiro, foi conselheiro de Estado efetivo e senador pela província do Mato Grosso, ocupou o cargo de ministro dos Estrangeiros quatro vezes, da Fazenda e da Guerra. Foi o político que por mais tempo dirigiu os destinos do Império do Brasil, quando presidiu o gabinete de 7 de março de 1870, a 25 de junho de 1875, assinalado pela aprovação da Lei do Ventre Livre.

• Teatro João Caetano. Foto: s/a, s/d. Gerson, Brasil. *História das Ruas do Rio*. Localizado na Praça Tiradentes, antigo Rocío Grande, onde no Segundo Reinado existia o Teatro São Pedro de Alcântara. Nele, em 1890, se apresentou Eleonora Duse interpretando a *Dama das Camélias*, enquanto que no Teatro Lírico se apresentava, no mesmo papel, Sarah Bernhardt.

Paris
Junho
1867

JORNALISTA E DEPUTADO

Graduado em Direito na faculdade do Recife, Rio Branco volta ao Rio de Janeiro para encetar essa carreira como deputado e jornalista.

Em 1869, toma posse de uma cadeira de deputado pela província de Mato Grosso, que o elegera graças à influência paterna.

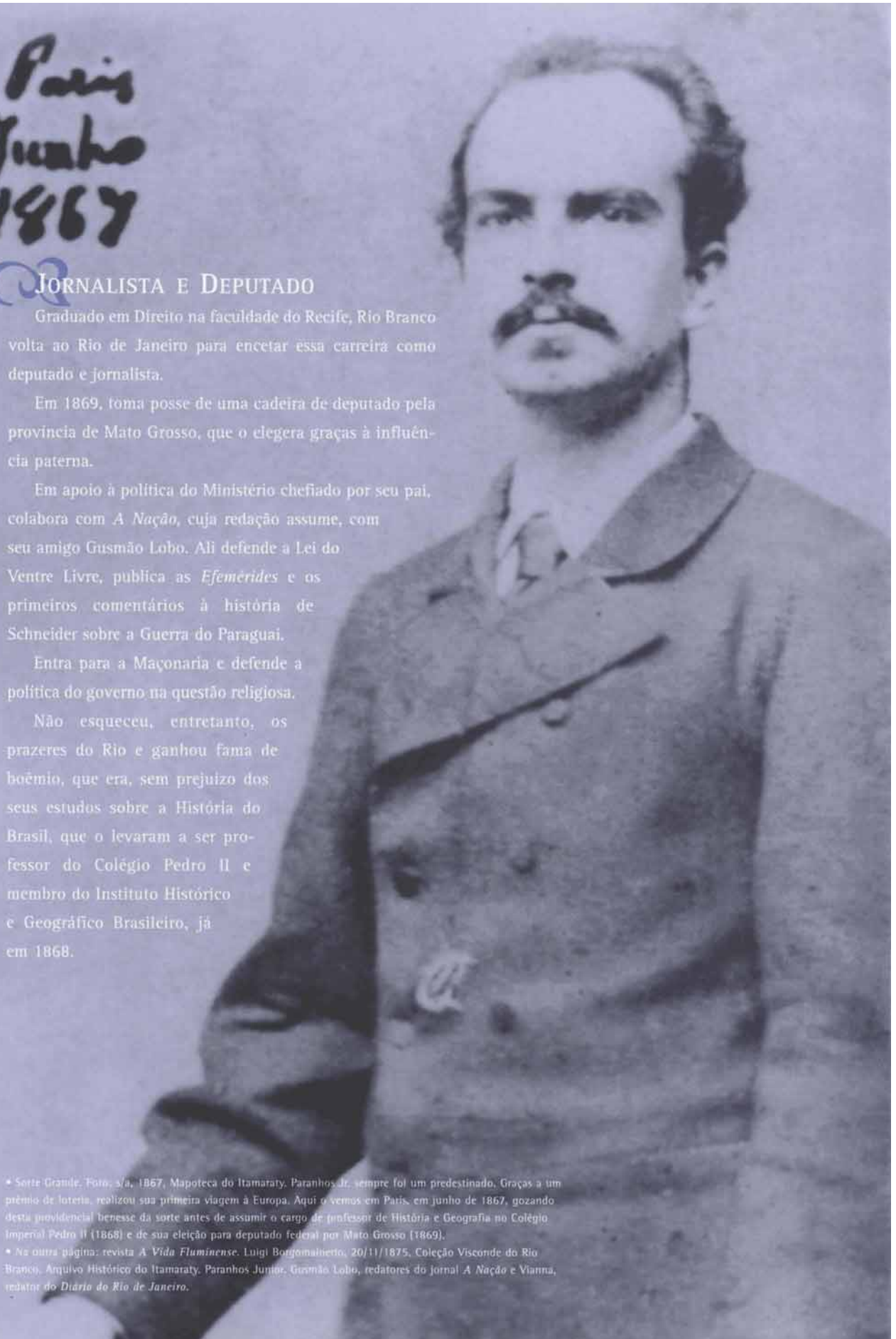
Em apoio à política do Ministério chefiado por seu pai, colabora com *A Nação*, cuja redação assume, com seu amigo Gusmão Lobo. Ali defende a Lei do Ventre Livre, publica as *Efemérides* e os primeiros comentários à história de Schneider sobre a Guerra do Paraguai.

Entra para a Maçonaria e defende a política do governo na questão religiosa.

Não esqueceu, entretanto, os prazeres do Rio e ganhou fama de boêmio, que era, sem prejuízo dos seus estudos sobre a História do Brasil, que o levaram a ser professor do Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já em 1868.

* Sorte Grande. Foto, s/a, 1867, Mapoteca do Itamaraty. Paranhos Jr. sempre foi um predestinado. Graças a um prêmio de loteria, realizou sua primeira viagem à Europa. Aqui o vemos em Paris, em junho de 1867, gozando desta providencial benesse da sorte antes de assumir o cargo de professor de História e Geografia no Colégio Imperial Pedro II (1868) e de sua eleição para deputado federal por Mato Grosso (1869).

* Na outra página: revista *A Vida Fluminense*. Luigi Borgomaierto, 20/11/1875. Coleção Visconde do Rio Branco. Arquivo Histórico do Itamaraty. Paranhos Junior, Gusmão Lobo, redatores do jornal *A Nação* e Vianna, redator do *Diário do Rio de Janeiro*.





"Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fez copiar, todos os manuseritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e com o mundo das suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento". (EDUARDO PRADO, 1897)

O BARÃO E A HISTÓRIA

As palavras acima, escritas cinco anos antes do retorno triunfal como ministro, revelam a impressão e a expectativa que seus contemporâneos tinham da obra de Juca Paranhos como pesquisador e historiador.

Seu interesse pelos estudos históricos despertou cedo. Com 15 anos, ele já reunia materiais de arquivo e jornais e publicava artigos em revistas acadêmicas, chegando a corrigir o respeitado Varnhagen. Seu assunto principal eram as Guerras do Prata, espécie de base inicial sobre a qual projetava escrever uma ambiciosa História Militar e Diplomática do Brasil.

Em 1865, escreve uma biografia do general José de Abreu, que muitos consideram ser sua primeira obra verdadeiramente histórica, oferecida como título para sua admissão como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi empossado em junho de 1868, com apenas 23 anos.

Em 1873, recebeu do Ministério da Guerra a incumbência de fazer anotações na tradução em português da obra que L.Schneider havia escrito sobre a Guerra da Triplíce Aliança. O resultado é uma obra de dupla autoria. Além de suas próprias anotações, Juca Paranhos incluiu depoimentos, escritos e verbais, de muitos participantes, com relatos de batalhas e outros aspectos do conflito. Para Álvaro Lins, com este trabalho, ele pode ser considerado o nosso primeiro historiador da Guerra do Paraguai.

Durante sua permanência na Europa, Juca Paranhos desenvolveu intensa atividade de pesquisador. Numa atitude típica da época, ele não gostava de repetir outros autores, ambicionando a descoberta, o documento novo, a longa viagem entre velhos papéis de arquivos. Acompanhou atentamente os catálogos dos livreiros americanistas e os leilões das coleções particulares.

Nessa época, além das anotações nos últimos volumes da obra de L. Schneider, elabora com B. Mossé uma biografia do imperador Pedro II; escreve toda a parte dedicada ao Brasil na *Grande Enciclopédia*, organizada por E. Levasseur; produz uma síntese da história brasileira para o livro *O Brasil em 1889*, e um ensaio para divulgação na Exposição Internacional.

Todos esses trabalhos, assim como as *Efemérides Brasileiras*, constituem as chamadas "obras de emergência", por serem respostas a circunstâncias específicas e por não transmitirem uma idéia completa do seu conhecimento.

Nem mesmo os textos mais especializados - como as *Memórias* - traduziriam adequadamente as qualidades do Barão como historiador, uma vez que, como lembrou Alcindo Guanabara: "quem ganhou as vitórias ... não foi o erudito, não foi o sábio, não foi o geógrafo, não foi o diplomata: foi o escritor".

"Um dia, quando deixar o Ministério, voltarei aos meus livros...", costumava dizer o Barão quando lhe perguntavam sobre o seu projeto de vinte anos de estudo, a História Militar e Diplomática do Brasil. Assim, como afirmou Álvaro Lins, sua estatura e fisionomia como historiador ainda estão por ser estabelecidas.

Tempo do aprendizado e da preparação. Assim costuma ser denominado o período - cerca de 25 anos - em que Juca Paranhos esteve ausente do Brasil.

Na Europa, encontra o ambiente e as condições que lhe permitem aprofundar o conhecimento de cenário internacional e seus estudos sobre o Brasil, que, mais tarde, será o seu cabedal como homem de Estado.

Em Liverpool, aprende a dominar as rotinas do trabalho diplomático e a resolver as "grandes maçadas", como costumava dizer. Além de produzir importantes relatórios sobre as relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Inglaterra, o futuro Barão trabalha por melhor divulgação da imagem de seu país, sem se esquecer da substancial subscrição obtida em benefício das vítimas da terrível seca no Ceará, em 1877.

Em Paris, onde fixou a residência da família, Paranhos dedicou-se principalmente aos estudos históricos e geográficos, publicando artigos e resenhas sobre o Brasil em revistas e na *Grande Enciclopédia*.

Esta experiência nas grandes esferas de poder dá-lhe uma amplitude de vistas e um conhecimento que o prepararam para as grandes responsabilidades que será chamado a assumir.

Paralelamente, aprofundará, nas bibliotecas e arquivos europeus, seus estudos sobre o Brasil.

Levava uma vida silenciosa, marcada por hábitos de reserva e discrição. Aos 45 anos de idade, Rio Branco era uma figura pouco conhecida, mesmo no Brasil. Mantinha maneiras discretas e despretenhosas, sublinhando essas palavras: "Não gosto de exibições". Depois de mergulhar, por mais de vinte anos, em quase toda a História e Geografia do Brasil, talvez nem ele mesmo ainda imaginasse que destino lhe traria toda a sua erudição.

Em 1892, um republicano jacobino, o marechal Floriano, cooptado um monarquista de espírito liberal e tradição conservadora, o Barão do Rio Branco, para cuidar da questão de Palmas, um antigo litígio de fronteiras entre o Brasil e a Argentina, submetido ao arbítrio dos Estados Unidos.

Em 1895, o presidente Cleveland dá ganho de causa à pretensão brasileira, o que repercute amplamente pelas Américas. No Brasil, o Barão é consagrado; torna-se, de subito, uma figura popular, um nome conhecido, admirado e respeitado.

Naquele mesmo ano, recebe a incumbência de defender os interesses do Brasil na questão do Amapá: um litígio de fronteira com a Guiana Francesa, com arbitragem da Confederação Suíça. Em dezembro de 1900, a sentença é dada a favor do Brasil. A popularidade do Barão se amplia e se consolida: torna-se uma unanimidade nacional.

Com duas estocadas, após longo treinamento e hibernação, o Barão revelava a presença de um novo mestre no mundo da esgrima diplomática.

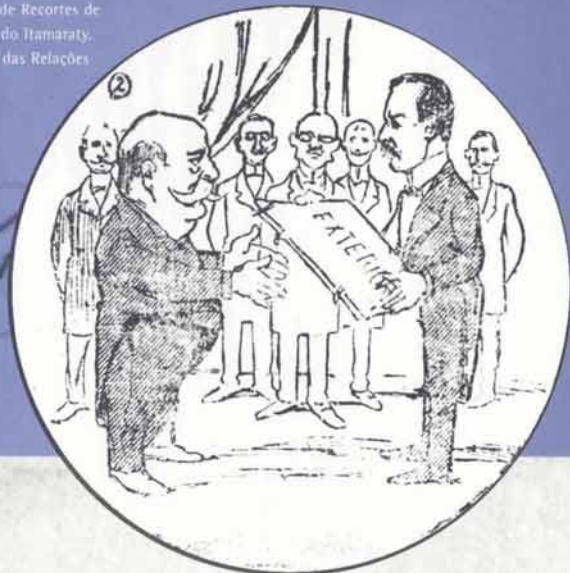
• Grupo em Homburg. Foto: T. H. Voigt, 1898. Mapoteca de Aguas de Homburg, Alemanha. Hortência Rio Branco, a Baronesa de Nioac, o Barão, o ministro em Londres João Artur de Souza Costa e Amélia Rio Branco. Notar o luto fechado das filhas de Rio Branco pelo falecimento, naquele ano, de sua mãe, Marie Philomène.





meio, de Agosto de 1906

2 Jornal do Brasil, Bambino, 03/12/1902, Coleção de Recortes de Jornais do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty. Barão do Rio Branco recebendo a pasta ministerial das Relações Exteriores do ministro J.J. Seabra.





E O BARÃO ENCONTRA UM RIO DIFERENTE

Nos dez anos que se seguiram ao seu retorno, o Barão do Rio Branco assistiu à chegada do progresso à sua cidade natal: a abertura de grandes vias, como a avenida Central, que vai disputar com a célebre rua do Ouvidor o posto de passarela preferida pelos dândis cariocas; a avenida Beira-Mar, que, ao facilitar o acesso a Botafogo, possibilitava que a população admirasse a belíssima paisagem; a construção do cais do porto, permitindo a atracação de navios de grande calado, como exigia nossa posição de 15º porto do comércio mundial; a canalização de rios, facilitando o abastecimento de água e o saneamento da cidade; a eliminação de quiosques com seu comércio anti-higiênico; a ação dos médicos comandados por Oswaldo Cruz, responsável pela campanha de vacinação antivariólica e pelo combate, vitorioso, aos mosquitos transmissores de febre amarela.

Rio Branco não foi um mero espectador de todas essas mudanças. Preocupado com a imagem do país e da capital, apoiou as reformas urbanas e as atividades culturais.

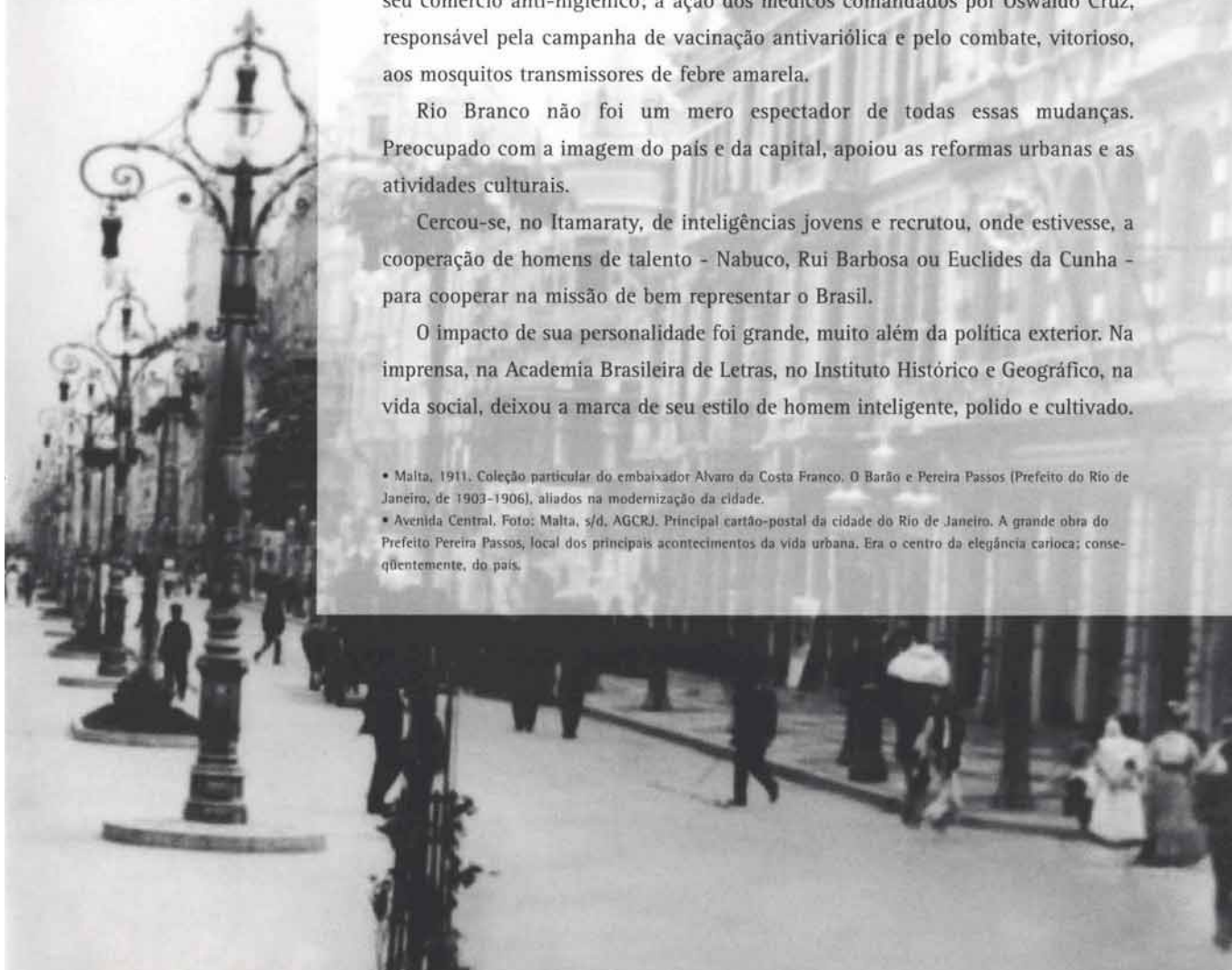
Cercou-se, no Itamaraty, de inteligências jovens e recrutou, onde estivesse, a cooperação de homens de talento - Nabuco, Rui Barbosa ou Euclides da Cunha - para cooperar na missão de bem representar o Brasil.


O impacto de sua personalidade foi grande, muito além da política exterior. Na imprensa, na Academia Brasileira de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico, na vida social, deixou a marca de seu estilo de homem inteligente, polido e cultivado.



• Malta, 1911. Coleção particular do embaixador Álvaro da Costa Franco. O Barão e Pereira Passos (Prefeito do Rio de Janeiro, de 1903-1906), aliados na modernização da cidade.

• Avenida Central. Foto: Malta, s/d, AGCRJ. Principal cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro. A grande obra do Prefeito Pereira Passos, local dos principais acontecimentos da vida urbana. Era o centro da elegância carioca; consequentemente, do país.





PERFIL BIOGRÁFICO DO BARÃO DO RIO BRANCO

Nascido no dia 20 de abril de 1845, no Rio de Janeiro, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi uma criança "precocemente amadurecida" e estudiosa. Aos dez anos passou a estudar no já tradicional Colégio Pedro II. Em 1862, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o título de bacharel na Faculdade de Direito de Recife, em 1866. Em 1867, realizou sua primeira viagem à Europa, com o dinheiro que ganhou em um bilhete premiado de loteria.

Em 1868, de volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado professor interino do Colégio Pedro II e promotor em Nova Friburgo, permanecendo pouco tempo nesses cargos. Em 1869, tomou posse no seu primeiro mandato na Câmara de Deputados, eleito pela província de Mato Grosso, pela qual seu pai já era senador. Na legislatura seguinte, foi reeleito deputado pela mesma província. Nesse período, desenvolveu intensa atividade como jornalista, estando à frente da direção e da editoria do jornal *A Nação*, órgão do Partido Conservador, desenvolvendo intensa campanha a favor da aprovação da Lei do Ventre Livre, proposta pelo seu pai, o Visconde do Rio Branco, então presidente do gabinete ministerial.

Concomitantemente, realizava suas pesquisas históricas, interessando-se sobremaneira pelas questões diplomáticas e militares da História do Brasil. Foi encarregado de escrever os comentários à obra de L. Schneider, sobre a Guerra da Triplíce Aliança.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia suas atividades de deputado, jornalista e historiador, levava uma vida boêmia, freqüentando as rodas alegres da cidade, como o Alcazar Lyrique e os bailes do Cassino Fluminense, mostrando-se um exímio dançarino de valsas e polcas.

Em 1872, iniciou sua longa união com a atriz belga Marie Philomène Stevens, com quem teve cinco filhos: Raul, Marie Clotilde, Paulo, Hortência e Amélia.

Em 1876, foi nomeado cônsul-geral em Liverpool, apesar das resistências do imperador Pedro II devidas à sua fama de boêmio. Desta forma, iniciou sua longa permanência longe da pátria. Na sua estada no exterior, tendo passado grande parte do tempo em Paris, desenvolveu suas pesquisas e conhecimentos históricos, acumulando uma farta documentação, livros e mapas raros e preciosos.

Em 1884, foi nomeado delegado oficial na Exposição Internacional de São Petersburgo, para a qual escreveu uma memória descritiva do Brasil.

Em 1888, após a abolição da escravidão, foi agraciado com o título de Barão do Rio Branco, concedido pela Princesa Isabel. Após o advento da República, incorporou o título ao seu sobrenome, passando a assinar-se José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco.

• Gabinete do Barão em Paris. Foto: s/a, s/d. Mapoteca do Itamaraty. A mesa de trabalho de Rio Branco em sua biblioteca na Villa-Molitor, Auteuil, em Paris. Em destaque, o óleo de Louis Guedy retratando seu pai, o Visconde de Rio Branco.





Em 1891, tornou-se conselheiro e correspondente em Paris do *Jornal do Brasil*, para o qual escrevia, sob diversos pseudônimos, críticas ao novo regime.

Em 1893, designado pelo presidente Floriano Peixoto, para defender os direitos brasileiros ao território de Palmas, junto ao árbitro, o presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland. A sentença arbitral, proferida em fevereiro de 1895, foi favorável ao Brasil. Sua vitória teve enorme repercussão no Brasil. E o historiador iniciou sua vida de estadista.

Em 1895, de volta à Europa, foi encarregado de preparar e estudar o material necessário para os trabalhos de definição dos limites do Brasil com a Guiana Francesa. Passou igualmente a assessorar o ministro Souza Correia, nosso plenipotenciário em Londres, na questão de limites com a Guiana Inglesa. Nessa época, envolveu-se também com as negociações em torno da ocupação inglesa do arquipélago de Trindade. Em 1897, preparou e fez imprimir a memória sobre a questão de limites com a Guiana Inglesa que foi encaminhada por Souza Correia ao *Foreign Office*.

Em 1898, foi nomeado, pelo presidente Prudente de Moraes ministro plenipotenciário em missão especial junto ao presidente da Confederação Suíça, encarregado de arbitrar a questão do Amapá, para resolver os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Redigiu e apresentou sua memória sobre esta questão dos limites em 1899 e a réplica aos franceses oito meses depois.

Novamente sua defesa dos interesses brasileiros foi vitoriosa, sendo aceita pelo árbitro em dezembro de 1900, fato que teve grande repercussão no Brasil, onde o Barão alcançou enorme popularidade, sendo amplamente homenageado.

Em 1901, foi nomeado, pelo presidente Campos Sales, ministro plenipotenciário na Alemanha, exercendo o cargo até seu retorno ao Brasil, em dezembro de 1902.

No final de 1902, foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves a ocupar a pasta ministerial das Relações Exteriores. Depois de ter se recusado por diversas vezes, terminou aceitando o cargo, tendo em vista a gravidade dos problemas externos que o país enfrentava, em relação à questão do território do Acre.

No seu retorno ao Rio de Janeiro foi recepcionado por grandes manifestações oficiais e populares, em comemorações que ficaram na história da cidade.

À frente do Ministério das Relações Exteriores por nove anos, o





Barão do Rio Branco foi responsável pela solução da complexa questão do Acre e pela fixação das nossas fronteiras com os demais países limítrofes da América do Sul, formulando os tratados de limites que, ao longo da sua gestão, foi implementando. Ao mesmo tempo, orientou a política externa brasileira para uma decisiva aproximação com os Estados Unidos da América, desenvolvendo uma política pan-americanista. Um marco desta política foi a realização da III Conferência Pan-Americana, que organizou no Rio de Janeiro, em 1906.

Durante sua gestão como ministro das Relações Exteriores reorganizou o ministério, instalando-o no Palácio Itamaraty, que reformou e ampliou para adequá-lo às recepções e aos eventos oficiais que promovia para as autoridades estrangeiras que recebia, como o presidente argentino Saenz Peña e o secretário de Estado norte-americano Elihu Root.

Como ministro também se empenhou para que fosse feito o reaparelhamento da Marinha e do Exército brasileiros.

Em 1909, seu aniversário foi comemorado com uma grande festa popular, na qual seus amigos e colaboradores lançaram seu nome como candidato à presidência da República. Porém, preferindo manter a sua tradicional distância dos problemas da política interna do país, o Barão do Rio Branco não aceitou a indicação.

Logo a campanha presidencial se polarizou entre as candidaturas do marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra e o líder civilista Rui Barbosa.

Rio Branco optou por apoiar o nome do marechal. Eleito, Hermes da Fonseca confirmou-o no cargo de ministro das Relações Exteriores.

Descontente com os rumos tomados pela política de intervenções nos estados, adotada pelo Presidente, com a saúde muito comprometida, faleceu no dia 10 de fevereiro de 1912, nas dependências particulares que mantinha no Palácio Itamaraty. Os seus funerais mobilizaram a população da cidade do Rio de Janeiro, que foi às ruas se despedir daquele que era conhecido carinhosamente como "o Barão", pois na sua permanência na direção do Ministério das Relações Exteriores, ganhou cada vez mais a admiração e a simpatia dos cariocas.

• Recepção à E. Root e aos delegados da III Conferência Pan-Americana, na Ilha Fiscal, cenário do último baile do Império. Foto: Malta, 1906, AGCRJ.

"[...] ninguém o conhecia senão por Barão. À simples enunciação das palavras - O Barão - já todo mundo sabia que se tratava de Rio Branco. O Barão - era ele, exclusivamente ele. O povo assim o chamava numa espécie de apelido familiar e carinhoso e sempre que tinha ocasião de homenageá-lo, de aplaudi-lo, jamais dispensava, nas suas efusões a referência do seu título de nobreza."

REVISTA FON-FON!, 1912.

• Palacete Abrantes. Foto: Malta, 1907. Mapoteca do Itamaraty. Na entrada do palacete a carruagem que transportava o ex-Presidente da Argentina, General Roca, então em visita ao Brasil.





CRÉDITOS

Ministério das Relações Exteriores

Celso Lafer

Fundação Alexandre de Gusmão

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

Centro de História e Documentação Diplomática

Embaixador Alvaro da Costa Franco

Ministério da Cultura

Francisco Weffort

Museu Histórico Nacional

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

César Maia

Secretaria Municipal das Culturas

Ricardo Macieira

Departamento Geral de Documentação e

Informação Cultural

Antonio Olinto

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Antonio Carlos Austregésilo de Athayde

Curadoria:

Angela Cunha da Motta Telles

Sandra Horta

Pesquisa:

Alberto Taveira

Ana Lucia Bulcão

Celso Vargas

Eulália Junqueira

Maria Célia Fernandes

Paulo Roberto Araújo dos Santos

Produção:

Sarau Produções

Reproduções Fotográficas:

Marco Belandi

Reprodução digitalizada das imagens:

Carlos Henrique Bernardo

Revisão de texto:

Diva Graciosa

Projeto Museográfico e Projeto Gráfico:

Passaredo Projetos Gráficos - Ruth Freihof

Designers assistentes:

Joana Oliveira

Daniel Castelo

Impressões Fotográficas:

R.C. Color

Montagem:

Humberto Silva

Impressão:

J. Sholna

Fotolitos:

Engenho e Arte

Agradecimentos:

Embaixador João Hermes Pereira de Araújo

Conselheiro José Borges dos Santos Júnior

Cristiane Ramos Vianna

Elza Elena Pinheiro dos Santos

Heleny Pires de Castro

Jorge Cordeiro

Juarez Fonseca Menezes Guerra

Lenimar de Oliveira Almeida Ferraz

Lúcia Monte Alto Silva

Luiz Antônio Ewbank

Luiz Carlos Antonelli Lacerda

Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Maria Julieta Simão

Maria Inez Souza

Maria Liania Coutinho Bueno

Maria Tereza Pitanga Martins

Maria da Glória Borsoi

Maria Marlene de Souza

Marisa Carvalho Dornelles

Regina Wilma F. Corrêa

Ridette Doria

Rosa Maria Dias

Ruth Beatriz Caldeira de Andrada

Instituições:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Arquivo Histórico do Itamaraty

Centro de História e Documentação Diplomática

Mapoteca do Itamaraty

Museu Histórico e Diplomático

Museu Histórico Nacional



CRONOLOGIA DA VIDA DE RIO BRANCO

- 1845 Nasce José Maria da Silva Paranhos Júnior, no Rio de Janeiro, a 20 de abril, na antiga travessa do Senado nº8.
- 1861 Bacharel em Letras, no Imperial Colégio de D. Pedro II.
- 1862 Ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo.
- 1866 Termina o curso de Direito na Faculdade de Recife.
- 1869 Deputado pela província de Mato Grosso.
- 1876 Nomeado Cônsul em Liverpool.
- 1880 Morte de seu pai, Visconde do Rio Branco.
- 1888 Recebe o título de Barão.
- 1893 Designado para defender os direitos do Brasil no caso das Missões.
- 1895 Laudo favorável ao Brasil na questão das Missões.
- 1898 Foi nomeado para defender os direitos do Brasil na questão do Amapá, submetida à arbitragem do presidente da Suíça.
- 1900 Laudo favorável na questão do Amapá.
- 1902 Ministro das Relações Exteriores do presidente Rodrigues Alves.
- 1903 Tratado de Petrópolis soluciona a questão do Acre.
- 1906 Rio Branco continua ministro no governo Afonso Pena.
- 1906 III Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro.
- 1907 II Conferência de Paz, em Haia. Rio Branco eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 1909 Solução da questão de limites com o Peru. O Brasil toma a iniciativa de oferecer ao Uruguai o condomínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão.
- 1910 Presidência Marechal Hermes. Pela terceira vez o Barão é mantido na pasta do Exterior.
- 1912 Morre a 10 de fevereiro.
- Avenida Beira-Mar - Rio Branco e Paul Doumer. Foto: Malta, 1907. Mapoteca do Itamaraty. Visita do deputado francês Paul Doumer ao Brasil, em 1907. Na avenida Beira-Mar, o Barão, ao lado do automóvel em que está o visitante, dá instruções a seu motorista.



